

LEGISLATIVAS
2025

COMPROMISSO ELEITORAL REGIONAL

Círculo Eleitoral Setúbal

LEGISLATIVAS
2025

**COMPROMISSO
ELEITORAL REGIONAL**

Círculo Eleitoral
Setúbal

ÍNDICE

Introdução	3
Uma estratégia integrada de desenvolvimento para o distrito de Setúbal	4
Propostas sectoriais para o desenvolvimento integrado e sustentável do Distrito Setúbal	7
1 Desenvolvimento Regional - cumprir a regionalização, promover a coesão do território, valorizar o poder local democrático	7
2 Dar prioridade à actividade produtiva	9
a) Desenvolvimento industrial da região e do país	9
b) Agricultura e floresta	10
c) Pescas	12
d) Mar e estuários	13
e) Comércio e serviços	14
f) Turismo	14
g) Energia e Indústria Extractiva	15
3 Fomentar a criação de emprego com direitos, investir na formação e qualificação dos trabalhadores	16
4 Melhoria generalizada das acessibilidades e dos transportes públicos	17
a) Ferrovia, transporte para o futuro	18
b) Melhorar e diversificar as ligações fluviais no Tejo e no Sado	20
c) Desenvolver o transporte marítimo e fluvial de mercadorias	20
d) Redes viárias	21
e) Construção faseada do Novo Aeroporto Internacional de Lisboa	22
5 Preservar a qualidade ambiental, conservar a natureza	22
a) Preservar a natureza	22
b) Assegurar a gestão pública da água	24
c) Gestão eficiente dos resíduos	25
d) Assegurar a qualidade ambiental	26
6 Funções Sociais do Estado e Serviços Públicos	26
a) Segurança Social e apoio à comunidade	26
b) Habitação	27
c) Saúde	28
d) Sistema educativo público, gratuito, democrático, de qualidade e inclusivo	30
e) Cultura e Património	32
f) Desporto	33
g) Associativismo	33
h) Comunicações, Serviços Postais e Serviços bancários	34
7 Justiça, Forças e Serviços de Segurança	35
a) Justiça	35
b) Segurança das populações, protecção civil e bombeiros	36
8 Por uma política de juventude integrada e transversal	37

Introdução

A CDU apresentou, há um ano, o seu compromisso eleitoral para o distrito de Setúbal, no âmbito das eleições legislativas de 10 de Março de 2024.

Um compromisso que, apontando à ruptura com a política de direita que o Governo do PS vinha executando e pela qual foi sancionado pelo povo português, respondia aos principais problemas dos trabalhadores e das populações e aos nós que impedem o desenvolvimento do distrito.

Cerca de um ano depois da tomada de posse do Governo PSD/CDS, e com o aprofundamento da política de direita, com as opções ao serviço do grande capital, os problemas não apenas não foram resolvidos, como se arrastam sem fim à vista ou mesmo se agravam.

É por isso que a CDU assume o essencial desse Compromisso Eleitoral.

Um compromisso de quem confia que o distrito de Setúbal tem futuro, que o Distrito de Setúbal tem potencialidades para que todos os que cá vivem e trabalham tenham uma vida digna.

O que precisa é de uma política que:

1. Valorize o trabalho e os trabalhadores;
2. Aposte no desenvolvimento do aparelho produtivo, a partir do investimento público;
3. Assegure os serviços públicos de qualidade, no Serviço Nacional de Saúde, na Escola Pública, nos transportes e acessibilidades;
4. Aproveite todos os seus recursos em harmonia com a Natureza.

É este o compromisso que aqui se apresenta.

Um compromisso da força para quem a vida dos trabalhadores importa!

Uma estratégia integrada de desenvolvimento para o distrito de Setúbal

A política patriótica e de esquerda, que defendemos assenta na Constituição da República Portuguesa, e assegura a construção de um país desenvolvido, de progresso e de igualdade.

A Estratégia Integrada de Desenvolvimento que propomos para o Distrito de Setúbal (parte integrante da política patriótica e de esquerda), a aplicar através de um Plano de Desenvolvimento Integrado da Península de Setúbal e de um Plano de Desenvolvimento Integrado do Litoral Alentejano é uma visão de desenvolvimento económico, social, ambiental e cultural que possa dar resposta às necessidades, aspirações e anseios das populações.

Comprometemo-nos a lutar, na Assembleia da República e em todas as outras instâncias de poder, pela obtenção dos indispensáveis apoios a esses planos, nomeadamente no que diz respeito ao investimento público. A população do distrito de Setúbal, com a confiança demonstrada ao longo de décadas na política participada e de proximidade com os eleitos, pode dar um contributo decisivo para uma alternativa política e para uma solução patriótica e de esquerda para o País.

Propomos um Plano com projectos e medidas que são exequíveis e viáveis, porque estão articuladas no plano nacional com os diversos eixos da política patriótica e de esquerda que propomos.

Defendemos que essa estratégia deverá passar por um conjunto de orientações que permitam:

- **Dar prioridade à actividade produtiva**, incentivando a produção nacional de base regional e a valorização das micro, pequenas e médias empresas, privilegiando-as no acesso a fundos comunitários e outros incentivos. Adoptar medidas de promoção, modernização, expansão e diversificação das actividades económicas, aproveitando as capacidades existentes, nomeadamente as ligadas à indústria, à agricultura, à floresta, ao mar e à pesca, ao turismo, ao comércio e serviços;

- **Fomentar a criação de emprego com direitos**, o combate ao trabalho precário e clandestino, a garantia do respeito pelos trabalhadores e a promoção da melhoria das suas condições de vida e de trabalho, nomeadamente do aumento dos salários, enquanto factores indispensáveis para uma maior justiça social e para combater a pobreza, mas também para a dinamização e modernização das actividades económicas. Investir na formação e qualificação dos trabalhadores;
- **Concretizar os investimentos estruturantes no Distrito de Setúbal**, com o objectivo de promover a produção nacional, melhorar as acessibilidades e mobilidade de pessoas e mercadorias e de assegurar o acesso a serviços públicos e a direitos consagrados na Constituição, através da construção de equipamentos. Destaque para a construção faseada do Novo Aeroporto de Lisboa no actual Campo de Tiro de Alcochete, a construção da Terceira Travessia do Tejo Ponte rodoferroviária entre Barreiro e Lisboa e a expansão do Metro Sul do Tejo a todo o arco ribeirinho;
- **Combater as assimetrias regionais através da regionalização**, de forma a garantir um desenvolvimento harmonioso do território, que garanta a efectiva participação democrática do povo na administração pública a nível regional, e que promova uma melhor rentabilização dos fundos comunitários;
- **Valorizar o poder local democrático**, respeitando a sua autonomia e aprofundando os princípios constitucionais, dotando-o dos recursos adequados para o desenvolvimento das suas atribuições e competências, que visem a melhoria da qualidade de vida das populações e o desenvolvimento económico, social e cultural a nível local, rejeitando e pugnando pela reversão da transferência de encargos para as autarquias em áreas tão relevantes como a educação, a cultura, a saúde, a segurança social e até os transportes, mas antes exigindo que o Governo assuma as suas responsabilidades na garantia de direitos fundamentais e universais às populações. Repor as freguesias roubadas ao povo. Planear e promover o ordenamento e coesão do território, articulando o equilíbrio urbano com a expansão da estrutura industrial, compatibilizando o aproveitamento dos recursos naturais com a preservação dos equilíbrios ecológicos;
- **Reforçar e ampliar o sistema científico e tecnológico regional** e as infraestruturas de apoio às actividades de investigação e desenvolvimento;
- **Assegurar uma melhoria generalizada das acessibilidades e das redes de transportes** rodoviários, ferroviários, marítimos, fluviais e aéreos, nos planos distrital, nacional e internacional.

- **Preservar a qualidade ambiental e o equilíbrio da paisagem**, designadamente através da valorização dos parques, reservas e paisagens protegidas e do alargamento das iniciativas de conservação da natureza a outras áreas de inegável valor ecológico. Estabelecer programas e iniciativas destinadas a reduzir ou evitar as descargas poluentes, quer para a atmosfera, quer para os solos ou rede hidrográfica, assim como reduzir a produção de resíduos sólidos;
- **Assegurar a gestão pública da água**, recurso essencial à vida, necessariamente concebido como um direito e não como uma mercadoria ou negócio, bem como dos serviços e das estruturas encarregues da recolha e tratamento dos resíduos sólidos urbanos e das águas residuais;
- **Melhorar as condições de prestação dos cuidados de saúde e das infra-estruturas de saúde a nível distrital**, desde as vocacionadas para os cuidados de saúde primários, até às unidades hospitalares. Promover a contratação e a fixação de trabalhadores da saúde no distrito de Setúbal;
- **Expandir e modernizar o sistema educativo público, gratuito, democrático, de qualidade e inclusivo**, desde a educação pré-escolar ao ensino superior, de forma a garantir, a par do desenvolvimento humano e intelectual dos cidadãos, a necessária melhoria das qualificações e a criação de uma base de conhecimentos técnicos e científicos capaz de promover e acompanhar progressos e transformações, estimulando a educação integral do indivíduo;
- **Garantir a existência de uma rede de funções do Estado e de serviços públicos de proximidade**, dotados dos meios humanos e técnicos adequados para a prestação de um serviço público de qualidade e eficiente à população do distrito;
- **Garantir o pleno exercício dos direitos constitucionais dos cidadãos, designadamente das mulheres**, das crianças, das pessoas com deficiência, bem como os direitos dos jovens à realização pessoal e profissional e a uma activa participação na sociedade e os direitos dos idosos, reformados e pensionistas a uma vida digna, à segurança na velhice e à plena integração e participação social.

Propostas sectoriais para o desenvolvimento integrado e sustentável do Distrito Setúbal

1

Desenvolvimento Regional - cumprir a regionalização, promover a coesão do território, valorizar o poder local democrático

- **Concretizar a regionalização, criando as Regiões Administrativas** com as soluções que tenham em conta as especificidades da Península de Setúbal e do Litoral Alentejano e garantam a existência de estruturas próprias com competências de planeamento, coordenação, direcção e decisão, contribuindo assim para o desenvolvimento regional, para a coesão territorial, a eliminação de desigualdades territoriais, e para a qualidade de vida das populações;
- **Defender a aprovação de medidas de reforço e melhor rentabilização dos fundos** para o distrito, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 e compensar com verbas do Orçamento do Estado a discriminação negativa que a Região sofreu no acesso aos fundos comunitários;
- **Reprogramar o PRR de acordo com as necessidades do País**, alargando o prazo até 2028 e dando prioridade ao investimento público na construção e renovação de infraestruturas e equipamentos, com destaque para a habitação, o abastecimento e tratamento de água, tratamento de resíduos e construção de uma rede pública de creches;
- **Defender e afirmar a autonomia administrativa e financeira das Autarquias Locais**, reforçando a sua capacidade financeira, com um novo regime de finanças locais, dotando-o dos recursos adequados para o prosseguimento das suas atribuições e competências, promovendo assim a melhoria da qualidade de vida das populações;
- **Repor o livre associativismo autárquico**, com o fim das comunidades intermunicipais como associativismo forçado;

- **Repor as freguesias extintas**, de acordo com a vontade das populações e os órgãos autárquicos;
- **Reverter o processo de transferências** de competências para as autarquias;
- **Proceder a uma delimitação de competências que assegure ao poder local e regional os meios financeiros no respeito pela sua autonomia administrativa e financeira** e garanta o acesso universal aos bens e serviços públicos, a coesão nacional e unidade do Estado com a adequação do seu exercício aos diversos níveis da administração, valorizando o Poder Local Democrático, o que exige cumprir a regionalização e extinguir as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional e a instituição das Áreas Metropolitanas enquanto autarquias dotadas de meios e competências próprias e poderes efectivos;
- **Desbloquear o processo de revisão do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT-AML)**, no quadro das alterações do modelo de ordenamento regional preconizados pelos investimentos estruturantes na região;
- **Proceder à revisão do PROT Alentejo**, tornando-o o quadro de referência estratégico das políticas com impacto territorial na região, dotando-o de um Programa de investimento em Infra-estruturas Públicas;
- **Promover a elaboração de um Plano de Apoio à Base Económica**, tendo por objectivo o pleno aproveitamento das potencialidades existentes e a capacidade produtiva e potencial existentes na região. ;
- **Elaborar, em articulação com os municípios abrangidos, designadamente Sines, Santiago do Cacém e Vila Nova de Santo André, um Programa de Desenvolvimento Territorial para a Área de Sines**, indispensável ao desenvolvimento e ordenamento integrado, afirmando esta área como polo económico e urbano, de desenvolvimento regional, que responda articuladamente nos domínios do planeamento do território aos desafios colocados pelos investimentos, em curso e em perspectiva, para o complexo industrial e portuário de Sines, dos equipamentos públicos, da educação, da saúde, da habitação, da qualificação urbana, dos transportes, mobilidade e acessibilidade, e da protecção do ambiente.

2

Dar prioridade à actividade produtiva

a) Desenvolvimento industrial da região e do país:

- **Defender e promover a produção nacional**, através de um programa de industrialização do distrito; defender um sector público empresarial forte, dinâmico e eficiente;
- **Apoiar o desenvolvimento da indústria transformadora** criadora de riqueza e geradora de impactos positivos em actividades conexas, como os sectores básicos estratégicos (construção e reparação naval, sector automóvel, fileira do papel, cimentos, adubos, metalomecânica pesada e material eléctrico, aeronáutica, entre outros);
- **Diversificar a estrutura económica do Distrito**, afirmando-o como pólo de inovação, apostando numa base tecnológica de investigação e desenvolvimento para sectores actualmente existentes – nomeadamente com aproveitamento e valorização dos vários recursos agrícolas, pecuários, florestais, piscatórios e das potencialidades do mar em geral – e investindo em novos sectores estratégicos;
- **Promover e apoiar programas regionais para a Inovação e Qualidade**, potenciando a qualificação tecnológica e ambiental das empresas e dos estabelecimentos de ensino superior do Distrito, e implementando projectos e iniciativas de certificação no âmbito regional;
- **Desenvolver as zonas e parques industriais/empresariais**, designadamente a Zona Industrial de Palmela, Zona Industrial da Mitrena, a Plataforma Industrial de Sines e as Zonas de Indústria Ligeira, existentes nos vários concelhos;
- **Criar as condições para novos e qualificados investimentos**, nomeadamente com a concretização do Projecto do “Arco Ribeirinho Sul”, Parque de Empresas da Quimiparque/Barreiro, Parque Industrial do Seixal e da ex-Siderurgia Nacional, terrenos da Margueira/Almada;
- **Criar zonas ou Parques empresariais novos** cuja localização tenha em conta as questões ambientais, a segurança, os acessos, os transportes, as estruturas sociais de apoio aos trabalhadores, bem como a qualidade de vida das populações;

- **Executar o Projeto do Arco Ribeirinho Sul**, dando especial ênfase à dinamização da atividade económica, nomeadamente com a instalação de atividade industrial, que incremente a capacidade produtiva e a criação de emprego e de riqueza, compatibilizando com a proteção do ambiente e a devolução de usufruto das frentes ribeirinhas às populações, contrariando perspectivas de promoção de especulação imobiliária;
- **Apoiar a indústria e sectores de tecnologia avançada**, através de incentivos com atribuição criteriosa e privilegiando as empresas de base nacional; promover a adopção de tecnologias de produção mais limpas e energeticamente mais eficientes e a aplicação de mecanismos eficazes de recolha de tratamento de resíduos (líquidos, sólidos e gasosos);
- **Promover uma política de apoio ao desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas e ao movimento cooperativo**;
- **Garantir que o Arsenal do Alfeite se mantém como componente da Marinha Portuguesa e investir na modernização e capacitação do estaleiro**, reforçando os quadros de pessoal, renovando os equipamentos (como os meios de docagem, alagem, elevação, etc.) e salvaguardando a segurança, qualidade e as adequadas condições de trabalho;
- Aumentar a componente nacional na produção no sector automóvel.

b) Agricultura e floresta:

- Elaborar um plano integrado de produção alimentar para dar resposta às potencialidades agrícolas do distrito, aos produtos de origem da região, à promoção da agricultura familiar e à fixação das populações, que promova o uso racional dos recursos e salvide os solos com aptidão agrícola e florestal;
- Defender e promover a área agrícola: hortícola, frutícola, vitícola, rizícola, florícola e de milho, bem como da produção suinícola, ovinícola e bovina, da carne, do leite, do mel e dos seus derivados. Recuperar o cultivo de cereais de variedades autóctones, como o trigo “Barbela”;
- Integrar a Silopor no Sector Empresarial do Estado, enquanto opção estratégica para a armazenagem de cereais e regulação dos seus preços, revertendo o processo em curso para a sua privatização;
- Defender a reclassificação das zonas rurais e desfavorecidas, no plano nacional e da União Europeia, factor que lhes permitirá o acesso ao apoio complementar e a medidas de investimento;

- Defender uma agricultura com práticas sustentáveis, livre de Organismos Geneticamente Modificados (OGM);
- Apoiar a agricultura familiar, com a plena concretização do seu estatuto;
- Defender e salvaguardar a continuidade da actividade agrícola na Herdade da Comporta;
- Travar a exploração intensiva e superintensiva, predadora dos solos e das reservas de água;
- Promover o acesso à terra. O financiamento deve basear-se na produção e não na área cultivável, de modo a promover o arrendamento das terras a quem as trabalha, e a evitar a maximização de valores recebidos que não correspondem a uma produção efectiva;
- Defender o apoio aos agricultores em caso de fenómenos climatéricos extremos;
- Promover o acesso à água para a pequena agricultura; aumentar a capacidade de armazenamento e requalificar os canais de rega;
- Apostar em medidas de apoio à produção e consumo locais, apostando nos circuitos curtos de comercialização, aproximando produtores e consumidores, gerando um comércio de bens agro-alimentares mais justo e de proximidade;
- Desenvolver uma política florestal adequada às características geográficas e ambientais, com um desenvolvimento equilibrado entre a sustentabilidade das actividades sociais e económicas do território e a produção de matéria-prima, com usos adequados do solo e das espécies florestais, nomeadamente limitando as espécies exóticas, travando a expansão do eucalipto, bem como a liberalização da gestão florestal, e valorizando as espécies autóctones, como alternativas economicamente viáveis à dinamização da economia rural;
- Defender a reflorestação, e o ordenamento das matas do distrito;
- Implementar o Plano de Gestão Florestal da Mata de Sesimbra;
- Preservar a diversidade das espécies e a protecção, desenvolvimento e aproveitamento das áreas, de montado de sobro e azinho, bem como do pinheiro manso. Plano de prevenção e combate às doenças do sobreiro e do pinheiro;
- Criar um Centro Tecnológico de apoio, defesa e promoção dos produtos regionais agrícolas de qualidade. Reabertura dos organismos públicos de investigação nesta área entretanto encerrados;

- Defender a aplicação de apoio financeiro a projectos que, tendo sido aprovados, se encontram sem dotação financeira para a sua efectivação;
- Criar uma rede pública de estabelecimentos para aquisição de produtos com preços controlados;
- Promover uma gestão de forragens, nacionais ou importadas, como feno, palha e outras culturas de forma a evitar o recurso a rações que são muito mais caras e de menor qualidade na alimentação animal.

• **c) Pescas:**

- Investir na modernização dos portos de Sines, Sesimbra e Setúbal, dotando-os de equipamentos e condições de funcionalidade;
- Construir o porto de pesca da Trafaria, com lota adequada às necessidades e respectivos serviços e valências;
- Qualificar urgentemente as lotas de Setúbal, Trafaria e Fonte da Telha e outros postos de vendagem, ajustando os horários às necessidades dos pescadores;
- Melhorar a rede pública de frio dos portos de Setúbal, Sesimbra criar condições de armazenamento de pescado nas zonas piscatórias de menor dimensão;
- Garantir a participação das organizações representativas dos pescadores (sindicatos e armadores) na gestão do Parque Marinho Luiz Saldanha/ Parque Natural da Arrábida, e concretizar o processo de revisão do seu plano de ordenamento;
- Incentivar a reconstituição da indústria conserveira e promover o consumo e a qualidade das nossas conservas, com rotulagem de origem e certificação de produto de qualidade e promoção de outras actividades de transformação do pescado;
- Enquadrar e reforçar a aquicultura face a condições naturais propícias;
- Promover a regulamentação específica da pesca nos estuários do Sado e do Tejo, realização de estudos adequados, que possam garantir uma reclassificação correcta;
- Construir depuradoras públicas que respondam às necessidades dos mariscadores;
- Melhorar as condições de obtenção de documentos e licenças, simplificando e desburocratizando processos;

- Melhorar as condições de segurança nos portos e barras e em todas as infra-estruturas ligadas à pescas e investimento nos meios de combate à poluição do mar por hidrocarbonetos;
- Promover a diversidade da captura de espécies e a valorização da cavala e do carapau;
- Defender a fixação de quota semanal, em vez de quota diária, para evitar o desperdício de pescado e aumentar a rentabilidade dos recursos;
- Desenvolver o mecanismo de venda em lota da produção de aquicultura;
- Simplificar e tornar definitivo o subsídio à pequena pesca artesanal e costeira e à pequena aquicultura, no que respeita ao apoio ao preço da gasolina;
- Modernizar e revitalizar a frota pesqueira promovendo o recurso aos estaleiros nacionais.

d) Mar e estuários:

- Promover as actividades relacionadas com o mar e os estuários no distrito e a sua dinamização e gestão integrada, no quadro de uma estratégia nacional com esse objectivo envolvendo, entre outras, as seguintes áreas: ordenamento, ambiente e protecção da natureza; construção e reparação naval; controlo e segurança da navegação; actividade portuária, sua dinamização e diversificação; turismo e actividades de lazer; pesca e aquicultura; transformação e conservação do pescado; produção salineira;
- Pesquisa e exploração de recursos, nomeadamente dos energéticos e geológicos, por entidade pública;
- Promover e desenvolver o ensino e a investigação a partir das unidades educativas e de investigação científica existentes e do seu reforço, incluindo a experiência e a capacidade da Marinha e as suas valências no distrito, designadamente a Escola Naval e o Instituto Hidrográfico (Base Hidrográfica do Seixal);
- Dotar o navio de investigação "Mário Ruivo", dos meios humanos necessários ao desenvolvimento de estudos científicos e monitorização necessários para a definição dos limites de captura e a sustentabilidade dos stocks de pescado.

e) Comércio e serviços:

- Linha de apoio à adequação e modernização dos mercados municipais, fixos e de levante, assegurando maior comodidade, higiene e segurança a vendedores e consumidores;
- Linha de apoio à concretização de uma rede de Centros de Informação e Apoio ao Consumidor;
- Construir um mercado abastecedor do distrito, com uma solução que garanta de forma adequada localização, instalações, condições de higiene e segurança para produtores e retalhistas;
- Promover a criação de plataformas e programas de gestão logística de apoio ao comércio e aos serviços nos principais centros urbanos, que sejam facilitadores da relação com fornecedores e consumidores, e da melhoria da conservação e circulação de produtos.

f) Turismo:

- Promover um modelo de desenvolvimento turístico de forma integrada e harmoniosa, que inclua a acessibilidade, a fruição e o lazer para as populações do distrito, valorizando a qualidade ambiental, paisagística e natural, designadamente permitindo à população recuperar o acesso à Península de Tróia e a outras zonas balneares;
- Defender o aproveitamento integrado das enormes potencialidades das zonas marítimas do litoral atlântico e as zonas ribeirinhas, enquanto vertente importante do desenvolvimento económico e sociocultural, combatendo a sazonalidade;
- Diversificar os projectos turísticos da região, compatibilizando-os com o desenvolvimento equilibrado e sustentado do Distrito;
- Defender a elaboração de um plano de ordenamento turístico, que defina uma estratégia de desenvolvimento a partir dos recursos e produtos turísticos, conjugando os investimentos públicos e privados, com vista, entre outros, à promoção de pólos de animação e diversificação turística, respeitando o disposto nos Planos Diretores Municipais (PDM) e outros instrumentos de gestão territorial;
- Rever a Lei que estabelece as Entidades Regionais de Turismo, devolvendo maior papel ao poder local. Apoiar a dinamização da marca “Costa Azul”;
- Elaborar um plano de sinalização turística dos principais recursos, equipamentos e ofertas turísticas da região;

- Manter o carácter turístico e de acesso das populações às praias nomeadamente na Península de Tróia e na costa do Litoral Alentejano, valorizando a qualidade ambiental, paisagística e natural desta zona, nomeadamente com a melhoria das travessias do Sado, reforço de apoios e acessos às várias praias, recuperação do património arqueológico;
- Controlar e limitar o crescimento de empreendimentos turísticos, em especial no litoral alentejano;
- Revogar o regime jurídico de projectos com potencial interesse nacional (PIN) e reverter a classificação ao abrigo deste regime aos empreendimentos turísticos já aprovados.

g) Energia e Indústria Extractiva:

- A resolução dos problemas de abastecimento energético com que o país se confronta exige o aproveitamento das potencialidades e recursos naturais existentes colocando-os ao serviço do desenvolvimento e progresso do país, o que implica a sua posse e gestão pública;
- Preservar o aparelho produtivo nacional, garantir o emprego nas instalações a serem convertidas ou adaptadas;
- Promover a utilização racional da energia, da eficiência energética, e de alternativas energéticas de domínio;
- Assegurar a intervenção pública, pelos serviços e organismos do Estado competentes, na pesquisa, prospecção e exploração de recursos geológicos, assim como na respectiva transformação;
- Assegurar a efectiva participação das autarquias e das comunidades locais nos processos de pesquisa, prospecção e exploração de recursos geológicos;
- Previamente à atribuição de licença de exploração de recursos geológicos, proceder à Avaliação de Impacto Ambiental nos recursos ecológicos e biodiversidade, nos recursos hídricos, da saúde pública e a qualidade de vida das populações, nos valores paisagísticos e culturais;
- Defender a elaboração, implementação e monitorização de um Plano de recuperação e requalificação das zonas de exploração recursos geológicos- areeiros, pedreiras e minas.

3

Fomentar a criação de emprego com direitos, investir na formação e qualificação dos trabalhadores

- Aumento geral dos salários para todos os trabalhadores, num mínimo de 15% e não inferior a 150 euros, incluindo aumento do salário mínimo nacional para 1000 euros em Julho de 2025, e valorizar as carreiras e profissões;
- Revogar as normas gravosas do Código de Trabalho, nomeadamente a caducidade da contratação colectiva e a reposição do princípio do tratamento mais favorável, a eliminação do aumento do período experimental, a reposição dos valores do pagamento do trabalho suplementar cortados aquando da Tróica;
- Combater a precariedade, garantindo o princípio constitucional de que a um posto de trabalho permanente corresponda um vínculo efectivo, quer seja no sector privado, quer no público;
- Combater a discriminação no acesso ao emprego dos jovens, dos desempregados de longa duração, das mulheres, dos imigrantes, bem como a discriminação salarial e a violação sistemática da legislação laboral;
- Adoptar medidas especiais de combate à exploração laboral de trabalhadores imigrantes, designadamente no sector agrícola;
- Combater a desregulação dos horários de trabalho (pondo fim a bancos de horas e ao regime de adaptabilidade);
- Revogar a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e garantir o direito de negociação colectiva na Administração Pública; repor, valorizar e criar novas carreiras. Revogar o SIADAP e criar um sistema justo de avaliação sem quotas;
- Valorizar as longas carreiras contributivas, assegurando a reforma sem penalizações c 40 anos de descontos;
- Redução do horário de trabalho para as 35 horas semanais, sem perda de remuneração nem de outros direitos, e 25 dias úteis de férias para todos os trabalhadores;

- Reforçar os direitos dos trabalhadores que prestam trabalho em regime nocturno e de turnos, limitando às situações que sejam socialmente justificáveis, com o pagamento da devida compensação, reconhecendo o direito à antecipação da idade da reforma, à bonificação no cálculo da pensão de reforma, fixando o trabalho nocturno entre as 20h e as 7h e o respeito pelos tempos de descanso;
- Incluir a componente do risco no suplemento de penosidade e insalubridade, e assegurar e alargar a sua aplicação aos trabalhadores que desenvolvem a sua actividade profissional nestas condições;
- Reforçar os meios e dar eficácia executiva à Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) para que a sua intervenção seja mais efectiva;
- Reforçar os direitos de maternidade e paternidade, bem como a garantia do seu cumprimento nos locais de trabalho, com destaque para o alargamento da licença de maternidade e paternidade para 210 dias, paga a 100%;
- Investir na formação e qualificação dos trabalhadores, defender o direito ao crédito de horas dentro do horário de trabalho para a formação, e ao reconhecimento dos conhecimentos obtidos através da progressão na sua carreira profissional.

4

Melhoria generalizada das acessibilidades e dos transportes públicos

- Melhorar significativamente as ligações rodoviárias, ferroviárias, fluviais, marítimas e aéreas, nos planos distrital, nacional e internacional, observando as medidas preconizadas na avaliação de impactes ambientais, exigindo e contribuindo para a elaboração de um efectivo Plano Nacional de Transportes, com uma abordagem coerente e harmoniosa das redes de transportes, mobilidade e logística, ao serviço do desenvolvimento integrado do Distrito e do País, o que exige:

- Defender os avanços na mobilidade alcançados com o alargamento do Passe Social Intermodal, nomeadamente, fazer aprovar um mecanismo permanente do seu financiamento, avançar até à progressiva gratuitidade, com o alargamento da gratuitidade para os utentes a partir dos 65 anos; a redução do preço do passe intermodal metropolitano/regional para 20 euros e criação de um passe intermodal inter-regional no valor de 40 euros;
- Uma presença e intervenção públicas determinantes no sector dos transportes, com a reversão das privatizações e o fim das parcerias público-privadas;
- A prioridade do transporte colectivo e público valorizando-o sobre o transporte individual e privado, através da promoção da fiabilidade e segurança da operação, reforçando o carácter intermodal;
- Planear e concretizar um programa de investimento para o aumento da oferta em quantidade e qualidade com admissão de trabalhadores, aquisição, manutenção e modernização das frotas do serviço público de transportes; assegurar uma adequada política de investimento e financiamento público nas redes de transportes públicos, através do Orçamento do Estado;
- Modernizar os interfaces de transportes com parques dissuasores gratuitos facilitando a intermodalidade e a articulação dos meios de transporte público pesados e ligeiros com a mobilidade e activa.

a) Ferrovia, transporte para o futuro

- Priorizar o modo ferroviário, com o incentivo do transporte de mercadorias por ferrovia;
- Construir a nova travessia rodoferroviária do Tejo entre Barreiro e Lisboa, eliminando os obstáculos e constrangimentos que impedem a diversificação da oferta de transporte público, uma melhor mobilidade entre as margens sul e norte do rio Tejo e uma mais efectiva e melhor articulação e fluidez na rede ferroviária nacional, nomeadamente entre a linha do Sul e a linha do Norte, concretizando a ligação ferroviária de alta velocidade entre Lisboa e Porto, e Lisboa e Madrid;
- Duplicar progressivamente a linha ferroviária do Sul, Lisboa/Algarve, articulando-a com a ligação à plataforma logística do Poceirão, e a Sines e com a necessária modernização da ligação à rede internacional;

- Diversificar a oferta de transporte ferroviário no Distrito com a reactivação dos comboios regionais e de longo curso retirados pela CP do distrito de Setúbal, com destaque para o Litoral Alentejano (incluindo a linha de Sines), garantindo o retorno do serviço de Intercidades à capital de distrito, adequando a oferta às actuais necessidades;
- Aumentar e melhorar a oferta do transporte ferroviário na Linha do Sado e Linha do Sul, com mais comboios e circulações, com mais qualidade, segurança e conforto nas estações e apeadeiros, assegurando o seu pleno funcionamento;
- Defender e dinamizar o pólo ferroviário do Barreiro, admitindo os trabalhadores necessários, modernizando as instalações e adequando-as às necessidades actuais e futuras da CP e da ferrovia nacional incluindo a tracção eléctrica com a electrificação do ramal de acesso;
- Valorizar e aproveitar em pleno os terminais ferroviários de mercadorias nas Praias do Sado e no Poceirão e a sua devolução à ex-CP Carga, no quadro da reversão da empresa para o sector público;
- Diversificar a oferta de transporte ferroviário na AML com novas ligações da CP ente a Península de Setúbal e as linhas da margem norte e com a concretização da Ponte Barreiro / Lisboa a criação do serviço circular ferroviário da AML (Lisboa Pragal P. Novo Barreiro Lisboa e vice-versa);
- Reforço e melhoria da oferta de transporte na linha Setúbal/Lisboa, mobilizando a CP para colocar de imediato novos comboios para reforçar e alargar o serviço com mais oferta horária e com a extensão a Lisboa Oriente e Praias do Sado; construção da Estação de Vale Flores em Almada e expansão da Estação de Corroios com a construção de nova plataforma de passageiros; e transformação dos parques de estacionamento existentes nas estações ferroviárias em parques gratuitos dissuasores;
- Garantir a electrificação de 300 metros de linha das oficinas da CP do Barreiro de forma a garantir o polo ferroviário do Barreiro como polo de manutenção reparação e fabricação de material circulante;
- Desenvolvimento pleno e efectivo da rede do Metropolitano Sul do Tejo, com a urgente expansão da rede de metropolitano de superfície em todo o Arco Ribeirinho, com a construção da ponte Seixal-Barreiro, para ligação até à Moita, Montijo e Alcochete e a efectiva concretização da ligação em estudo à Costa da Caparica e Trafaria;

- Fim da Parceria Público Privada (PPP) com a Fertagus e o Metro Transportes do Sul (MTS) com passagem para a gestão pública destes serviços ferroviários.

b) Melhorar e diversificar as ligações fluviais no Tejo e no Sado:

- Acelerar e alargar a modernização e renovação das frotas da Transtejo e Soflusa, e manutenção dos batelões e navios ao serviço, de modo a garantir a sua plena segurança e operacionalidade e uma maior eficácia e fiabilidade ao serviço público prestado por estas empresas. Melhorar as condições de conforto e segurança para os utentes nos terminais e estações fluviais;
- Reconstituir os serviços próprios de manutenção com capacidade para programar e acompanhar o plano de manutenção da frota e batelões e que tenha capacidade para assegurar a resposta pronta aos diversos problemas que se colocam à operação no dia a dia e pôr fim às supressões de carreiras;
- Repor os horários retirados pela Transtejo e Soflusa nas diversas ligações; reactivação das ligações fluviais entre a margem sul e o Parque das Nações / Lisboa; lançamento de uma nova carreira fluvial que ligue entre si os concelhos de Almada, Seixal e Barreiro;
- Pôr fim à concessão privada de transporte fluvial entre Setúbal e Tróia para a Administração Central, garantindo o serviço público de transporte fluvial com a redução tarifária e o fim das exorbitantes tarifas que são actualmente praticadas e a sua inclusão no passe social intermodal. Reforçar os horários das ligações de passageiros e viaturas.

c) Desenvolver o transporte marítimo e fluvial de mercadorias:

- Reconstituir na actividade portuária um eficaz, necessário e competente sistema de dragagens público e nacional, capaz de manter e garantir as condições de navegabilidade dos canais e portos;
- Modernizar e reforçar a articulação dos Portos de Lisboa na margem sul e norte, Setúbal Sesimbra e Sines, salvaguardando o necessário equilíbrio

entre as actividades portuárias e a defesa do ambiente, promovendo a actividade piscatória e turística e o desenvolvimento da actividade portuária.

d) Redes viárias

- Construir, sem portagens, todas as vias já previstas no Plano Rodoviário Nacional 2000 aprovado por proposta do Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República, com destaque para:
- A Estrada Regional 10 / Variante à EN 10, integrando a ponte Seixal-Barreiro e a ligação à ER11 (CREM); IC 3 (Setúbal/Palmela/Montijo/Salvaterra de Magos / Alpiarça / Entroncamento / Coimbra); IC 13 (Montijo/Coruche/Mora/Ponte de Sor/Portalegre); Variante à EN 252-1 em Pinhal Novo; variante Carrasqueira / Venda Nova / porto de Sesimbra;
- A requalificação da EN253 (Alcácer do Sal / Comporta), da EN 261-1 (Grândola / Tróia) e da EN 261 (até Santiago do Cacém) e da EN 120 (Cruz de João Mendes / Santiago do Cacém); A concretização da rede de acessibilidades rodoviárias complementares à futura Ponte Barreiro/Lisboa; conclusão do IP8 / A26 (Sines / Vila Verde de Ficalho);
- A construção do IC4 (Santiago/Sines/Lagos), com prolongamento até Alcácer do Sal; construção do IC 33 com perfil de auto-estrada, entre o Roncão e a A2;
- A construção de um nó de acesso de Alcochete à Ponte Vasco da Gama e à A12;
- Reforçar o investimento na manutenção, beneficiação e qualificação da rede rodoviária do Distrito, designadamente do IC1 (Setúbal / Palma – Alcácer do Sal);
- Abolir as portagens dentro da Área Metropolitana de Lisboa;
- Lançar um programa continuado de sensibilização para uma condução segura e para idêntico comportamento dos peões, a par de medidas de modernização da rede viária que anulem os pontos negros, melhorem e incrementem a segurança em toda rede.

e) Construção faseada do Novo Aeroporto Internacional de Lisboa:

- Dar concretização ao compromisso assumido e desenvolver com celeridade o processo para a construção faseada do Novo Aeroporto de Lisboa no Campo de Tiro de Alcochete. O País e a região precisam que seja construída uma infra-estrutura aeroportuária que responda às necessidades do presente e do futuro, e rompa com as chantagens e aproveitamento de uma multinacional.
- As forças que compõem a CDU recusam que a construção do Novo Aeroporto de Lisboa seja pretexto para favorecer os interesses e lucros de uma multinacional e defendem uma solução que seja construída faseadamente e em terrenos públicos, e que permita em simultâneo a progressiva desactivação do Aeroporto da Portela/Humberto Delgado resolvendo ao mesmo tempo os constrangimentos existentes.
- A opção que defendemos não dispensa, antes é parte do caminho a trilhar para o regresso da ANA Aeroportos para o controlo público.

5

Preservar a qualidade ambiental, conservar a natureza

a) Preservar a natureza:

- Promover o investimento na sensibilização e na educação ambiental, recorrendo à divulgação do nosso património natural com efectiva responsabilização do Estado;
- Defender e preservar as áreas fundamentais na conservação da natureza e do património natural, nomeadamente através da criação de uma estrutura

orgânica para cada área protegida, e criação de uma efectiva Rede de Áreas Protegidas, articuladas entre si, promovendo uma gestão integrada e participada; e criação de corredores ecológicos com efectivo estatuto de protecção e monitorização ambiental no distrito de Setúbal;

- Promover as condições nessa Rede de Áreas Protegidas, com vista ao aproveitamento educativo, lúdico, turístico e económico do património natural, salvaguardando a sua preservação;
- Reforçar os meios técnicos e humanos das estruturas do Estado presentes no distrito, como o Instituto da Conservação da natureza e Florestas (ICNF) e a Agência Portuguesa do Ambiente (APA);
- Reavaliar e rever, no quadro de um debate amplo e participado, dos planos de ordenamento do Parque Natural da Arrábida, da Reserva Natural do Estuário do Sado, da Reserva Natural do Estuário do Tejo, e respectiva zona de protecção especial, da Área de Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa de Caparica, do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e Sancha;
- Defender o apoio do Governo ao processo de candidatura da Arrábida a Reserva Mundial da Biosfera da UNESCO, bem como a outros projectos assentes na lógica do desenvolvimento harmonioso entre as comunidades locais e a natureza;
- Criar um Espaço Natural de Protecção Especial em Santa Margarida da Serra, no Concelho de Grândola – primeira área de protecção para o montado de sobro e de azinho em Portugal;
- Defender o funcionamento, em articulação com as instituições locais, do Complexo Ambiental das Salinas do Samouco/Alcochete, incluindo o seu Centro Educativo;
- Apoiar a revalorização, requalificação, protecção e promoção das zonas ribeirinhas e da orla costeira, designadamente a consolidação das escarpas ribeirinhas do Tejo;
- Desenvolver acções específicas com vista à conservação das zonas húmidas dos estuários e da Lagoa de Melides;
- Definir um plano para a alimentação artificial de areia periódica das praias do distrito, em particular das praias da Costa da Caparica e da Arrábida; valorizar ambientalmente a Fonte da Telha, através da intervenção no espaço público adequado aos valores em presença, respeitando os instrumentos de gestão territorial, removendo o piso betuminoso;

- Reforçar a esterilização de animais errantes e promover a esterilização de animais de companhia;
- Reforçar o apoio da Administração Central à ampliação/construção de centros de recolha oficial de animais e ao controlo de populações de aves;
- Garantir que o Governo assume as suas responsabilidades para a existência de médicos veterinários municipais em todos os concelhos, enquanto autoridade sanitária veterinária concelhia.

b) Assegurar a gestão pública da água:

- Consagrar a água e o saneamento básico como direito humano, assegurando a sua gestão na esfera pública;
- Apoiar o processo de criação do sistema intermunicipal integrado para captação e abastecimento de água em “alta” aos municípios da Península de Setúbal, com um modelo de gestão constituído na esfera do Poder Local Democrático;
- Reforçar o abastecimento das albufeiras do Litoral Alentejano a partir do Alqueva;
- Adoptar medidas de estudo, monitorização e protecção dos aquíferos Tejo / Sado Margem Esquerda e Sines/Santo André;
- Apoiar a criação do Observatório da Água do Litoral Alentejano, com a efectiva participação do Poder Local e das populações;
- Apoiar o desenvolvimento de actividades do Observatório da Água da Península de Setúbal, com vista ao estudo e preservação do aquífero da Península;
- Adoptar medidas preventivas para preparar o distrito para futuros fenómenos de seca, que permitam aumentar a capacidade de armazenamento de água, nomeadamente superficial, evitando o desperdício, estudando todas as eventuais soluções, seja a construção de pequenas charcas ou reservatórios de maiores dimensões;
- Assegurar a limpeza e desassoreamento das linhas de água do distrito de Setúbal, com conseqüente valorização dos seus cursos navegáveis (onde se aplique), e monitorização dos movimentos de areia nas bacias hidrográficas dos estuários do Rios Tejo e Sado, bem como da evolução da qualidade geral das massas de água, designadamente no que diz respeito a focos de contaminação, com vista à adopção de medidas de protecção das frentes ribeirinhas;

- Tomar medidas de erradicação de aflúncias indevidas e descargas ilegais no meio hídrico, com a criação de soluções para o tratamento e aproveitamento de efluentes das indústrias e agro-indústrias, com a responsabilização e participação efectiva dos responsáveis por estas actividades;
- Incentivar e promover a reutilização de águas residuais das Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR).

c) Gestão eficiente dos resíduos

- Reverter a privatização da EGF/AMARSUL, na defesa do serviço público na área dos resíduos urbanos;
- Revogar a Taxa de Gestão de Resíduos;
- Terminar a co-incineração no Parque Natural da Arrábida;
- Concretizar uma política de Redução, Reutilização dos Resíduos e Reciclagem;
- Intervir efectivamente para o tratamento de todos os resíduos produzidos na região;
- Proceder à avaliação qualitativa e quantitativa dos resíduos hospitalares e industriais de todo o tipo, armazenados e produzidos na região e sua integração num Plano Nacional Global;
- Criar as condições para o tratamento de todo o tipo de resíduos por operadores públicos;
- Generalizar as formas de tratamento mais adequadas, designadamente, o fomento da reutilização, da reciclagem, da valorização, de processos de tratamento com vista à inertização dos resíduos e à sua deposição em aterro com elevados níveis de segurança;
- Encerrar de imediato a actividade do aterro privado do Zambujal, em Sesimbra e recuperação da respectiva área;
- Desenvolver uma solução alternativa, que permita o encerramento do aterro da Amarsul no Seixal, com a manutenção de todos os postos de trabalho;
- Defender medidas de efectivo acompanhamento e fiscalização do funcionamento dos aterros sanitários, envolvendo as populações locais e garantindo a criação e a actividade regular das comissões de acompanhamento.

d) Assegurar a qualidade ambiental

- Dotar o distrito de um plano para prevenir os efeitos das alterações climáticas, integrado numa planificação nacional;
- Implementar medidas, sobretudo na indústria e nos transportes, visando garantir que Portugal contribua para a redução das emissões de gases com efeito de estufa para a atmosfera;
- Elaborar um plano de monitorização da qualidade ambiental, designadamente ao nível da qualidade do ar, dos solos e dos aquíferos, e do seu impacto na saúde pública;
- Implementar acções de promoção da qualidade de vida urbana, no que se refere ao ruído e poluição atmosférica;
- Criar organismos de acompanhamento da actividade e da qualidade ambiental das plataformas industriais do Distrito;
- Adoptar medidas urgentes para a resolução do passivo ambiental da Plataforma Industrial de Sines, descontaminação de solos das lagoas de hidrocarbonetos de Vale Milhaços e da Sanchinha, concretização do processo de descontaminação dos terrenos da Quimiparque e Siderurgia Nacional. Monitorização permanente das emissões industriais.

6

Funções Sociais do Estado e Serviços Públicos

a) Segurança Social e apoio à comunidade:

- Actualização extraordinária de todas as pensões, em 5%, com um valor mínimo de 70 euros, com efeitos a janeiro de 2025, assegurando a valorização do poder de compra

- Alargar o período de atribuição do subsídio de desemprego e social de desemprego e aumento dos seus montantes;
- Garantir a universalidade do abono de família e valorização dos escalões;
- Garantir as condições de funcionamento das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, asseguradas directamente pelo Estado;
- Reforçar o número de trabalhadores afectos às equipas de intervenção precoce, de forma a assegurar as condições de acompanhamento das crianças;
- Implementar uma rede de equipamentos públicos de apoio aos idosos, particularmente lares e centros de dia, bem como a melhoria do apoio domiciliário, articulado com os serviços de saúde;
- Construir uma rede de equipamentos de apoio às pessoas com deficiência e aos excluídos socialmente;
- Repor todas as respostas da Segurança Social que foram sendo retiradas ou desviadas para as instituições por motivos meramente economicistas;
- Incrementar a criação de gabinetes de apoio às vítimas de violência doméstica, por forma a desenvolver medidas de protecção das vítimas; Implementação, no Distrito, da rede pública de acolhimento de mulheres vítimas de violência.

b) Habitação:

- Alargar a oferta pública de habitação, da responsabilidade da Administração Central;
- Concretizar um programa de reabilitação, manutenção e conservação das habitações propriedade do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana e do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, bem como dos espaços exteriores envolventes e construção dos equipamentos públicos em falta;
- Reduzir os custos com a habitação, reduzir as prestações no crédito à habitação combatendo as elevadas taxas de juro mobilizando recursos dos lucros da banca;
- Proteger os inquilinos; travar os despejos, conferir mais estabilidade aos contratos de arrendamento, fixar valores máximos de rendas dos contratos em vigor e de novos contratos. Revogar a Lei do Regime de Arrendamento Urbano (“lei dos despejos”);

- Alterar o regime de renda apoiada, com a introdução de critérios de maior justiça social, que conduzam a valores de renda acessíveis para as famílias com baixos rendimentos;
- Travar os despejos e desencadear uma ação integrada de emergência para o realojamento das famílias que residem em habitações precárias;
- Mobilizar o património da Administração Central, bem como da Administração Local, de acordo com a vontade das autarquias, com vocação habitacional para arrendamento de baixo custo para as populações;
- Defender uma política de habitação que garanta aos jovens, acesso a casas dignas;
- Dinamizar a recuperação e requalificação das Áreas Urbanas de Génese Ilegal – AUGI – defendendo a criação de condições para que existam apoios, mecanismos financeiros e acesso a financiamento comunitário que tornem estes processos viáveis para os proprietários, suas associações e autarquias;
- Reduzir a taxa máxima do IMI para 0,4%;
- Alargar a isenção do IMI para as famílias com baixos rendimentos e com pessoas deficientes;
- Apoiar as cooperativas de habitação e organizações de moradores na construção, reabilitação e arrendamento de habitação a custos controlados;
- Reforçar os meios do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) e acabar com os atrasos e cortes no pagamento do Apoio às Rendias e Porta 65 Jovem;
- Propor a criação de serviços descentralizados do IHRU no distrito, e promover a participação dos moradores e autarquias nos núcleos habitacionais de propriedade da Administração Central.

c) Saúde

- Garantir a acessibilidade aos cuidados de saúde, de qualidade, em tempo útil e gratuitos, através da revogação das taxas moderadoras e da atribuição de transporte de doentes não urgentes a todos os utentes que dele necessitem para aceder à saúde;
- Atribuir médico e enfermeiro de família a todos os utentes do distrito;

- Reforçar o número de profissionais de saúde (médicos, enfermeiros, técnicos superiores de saúde e de diagnóstico e terapêutica, assistentes técnicos e técnicos auxiliares de saúde) nos cuidados de saúde primários, nas unidades hospitalares, bem como nos cuidados continuados e paliativos, para reduzir tempos de espera para consultas, cirurgias, exames e tratamentos e garantir as adequadas condições de funcionamento dos serviços, em especial dos serviços de urgência geral, de obstetria e de pediatria;
- Valorizar as carreiras, remunerações, progressões; implementar a dedicação exclusiva; garantir condições de trabalho com o objectivo de fixar profissionais de saúde no distrito;
- Alargar a capacidade de formação médica especializada no distrito;
- Reforçar a capacidade de resposta dos cuidados de saúde primários, através da criação de uma rede de proximidade, com alargamento das valências e do horário de funcionamento, reforço das equipas de cuidados na comunidade, nomeadamente no apoio domiciliário, na saúde escolar e na proximidade às populações;
- Reabrir os serviços públicos de saúde encerrados, entre eles os serviços de atendimento permanente e as extensões de saúde;
- Requalificar e/ou construir novos centros de saúde, através da definição de um plano de investimento plurianual;
- Reforçar a estrutura de saúde pública no distrito, assegurando a adequada dotação das equipas de saúde pública com maior proximidade às populações;
- Recuperar e reforçar os serviços e valências das unidades hospitalares do distrito, face às necessidades da população e reforçar o seu financiamento.
- Construir o Hospital no Concelho do Seixal dotado de camas de internamento para doentes agudos e de um serviço de urgência de acordo com as necessidades sentidas pelas populações;
- Valorizar o Centro Hospitalar de Setúbal, reforçar serviços e valências, concluir a ampliação do Hospital de São Bernardo, sem perda de capacidade na prestação de cuidados de saúde;
- Assegurar a manutenção do Hospital do Outão no Serviço Nacional de Saúde;
- Ampliar as instalações do Hospital Garcia de Orta;

- Travar o processo em curso de criação de uma PPP na Unidade Local de Saúde Almada/Seixal, bem como das Unidades de Saúde Familiar (USF) modelo C;
- Restituir e alargar os serviços e valências do Hospital de Nossa Senhora do Rosário no Barreiro;
- Requalificar as instalações do actual Hospital do Montijo, de modo a responder às necessidades das populações até à construção do novo Hospital Montijo-Alcochete;
- Instalar no Hospital do Litoral Alentejano todas as valências para que foi projectado, designadamente a Maternidade, independentemente da construção do Hospital Central do Alentejo;
- Reforçar as unidades e equipas de Cuidados Continuados e Paliativos através do desenvolvimento da resposta pública nesta área de prestação de cuidados;
- Reforçar as unidades e equipas de intervenção na área dos comportamentos aditivos e dependências;
- Alargar a resposta pública no âmbito da saúde mental, nos centros de saúde e nas unidades hospitalares, através do reforço de profissionais e da criação de consultas com maior proximidade às populações;
- Construir um centro de reabilitação.

d) Sistema educativo público, gratuito, democrático, de qualidade e inclusivo

- Aumentar o investimento, como prioridade estratégica na Escola Pública, visando garantir a gratuitidade de todo o ensino público; o alargamento da gratuitidade já consagrada aos manuais escolares às fichas de exercícios a toda a escolaridade obrigatória;
- Implementar um modelo verdadeiramente democrático de gestão das escolas que observe os princípios da elegibilidade, colegialidade e participação;
- Desenvolver uma rede pública de creches, assegurando a todas as crianças até aos três anos a garantia de creche gratuita, para dar a certeza e a segurança a cada família que, a partir do final da licença de parentalidade, terá garantida, se assim quiser, uma vaga sem custos;

- Alargar e requalificar a rede escolar ao nível da educação pré-escolar, ensinos básico e secundário, com criação de um plano nacional de financiamento que permita nas zonas de maior densidade urbana garantir a universalização do pré-escolar a partir dos 3 anos, pôr fim ao turno duplo nos vários ciclos de ensino;
- Reorganização da rede de equipamentos escolares que responda às necessidades dos estudantes e que potencie o processo de ensino/aprendizagem, rejeitando o encerramento de escolas por questões mercantilistas, ponha fim aos mega agrupamentos e tenha em consideração a necessidade de reduzir o número de alunos por turma;
- Dotar as escolas do número necessário de professores e educadores, garantindo que os estudantes têm todos os professores, técnicos especializados, auxiliares de ação educativa e assistentes administrativos, respondendo às necessidades escolares e integrando na respetiva carreira os trabalhadores que estão em situação precária, adequando o rácio às reais necessidades da população escolar e características das escolas;
- Construir pavilhões gimnodesportivos em todas as escolas do 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário que ainda não disponham deste equipamento;
- Alargar o espaço de cantina no Instituto Politécnico de Setúbal nas Manteigadas e construir uma cantina na Escola Superior de Tecnologias, no Barreiro;
- Criar, no Campus da Caparica, o pólo da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa;
- Valorizar as diversas vias de ensino, que devem ser colocadas em plano de igualdade no que respeita à sua dignidade e à sua possibilidade de prosseguimento dos estudos;
- Criar um modelo de financiamento público às escolas do ensino profissional assente no Orçamento do Estado, que responda às necessidades do funcionamento permanente, designadamente despesas de pessoal, despesas fixas de funcionamento, equipamentos e apoio aos estudantes, na frequência do curso e nos respectivos estágios profissionais. Defender um regime de faltas, carga horária e de férias em condições de igualdade com os restantes estudantes das vias científico-humanístico;
- Criar uma rede pública de ensino artístico especializado de música, dança, artes plásticas e teatro;

- Criar um modelo de financiamento às escolas do Ensino Artístico Especializado não público que hoje garantem a oferta articulada com a rede pública, através de verbas do Orçamento do Estado, respondendo deste modo às suas reais necessidades permanentes de funcionamento (corpo docente e suas carreiras, projecto educativo, instalações e instrumentos);
- Dotar as escolas dos recursos e dos meios humanos, em particular professores de educação especial, psicólogos, terapeutas e demais técnicos especializados para assegurar uma verdadeira educação inclusiva.

e) Cultura e Património

- Estabelecer 1% do Orçamento do Estado para a Cultura, inserido no objectivo de alcançar progressivamente 1% do PIB, garantindo o acesso a todos, em todo o território nacional, à experiência da criação e da fruição cultural e artística.
- Promover a criação do Serviço Público de Cultura para garantir o acesso à fruição cultural e à livre criação artística, procedendo à democratização da cultura, ao apoio às estruturas e companhias do distrito, bem como ao movimento associativo popular, movimento juvenil, preservação do património cultural e garantir os direitos dos trabalhadores do sector cultura;
- Promover o apoio e valorização de iniciativas marcantes no plano cultural em que se destacam o Festival Internacional de Teatro de Almada, Festival de Música dos Capuchos, o SeixalJazz, o Jazz AlémTejo, o FIG/Festival Internacional de Gigantones, o FIAR/Festival Internacional de Artes de Rua, o Sementes/Festival Internacional de Artes para o Pequeno Público, a Festa do Teatro de Setúbal, o Festival Músicas do Mundo, Encontro Canção de Protesto, o OUT-FEST, o Litoral EmCena, o Festival Internacional de Teatro do Alentejo, e o Festival Liberdade, entre muitas outras;
- Requalificar e valorizar o património cultural do Cabo Espichel;
- Dotar o Complexo Arqueológico de Miróbriga de mais recursos humanos, materiais e financeiros, e assegurar a gestão pública das ruínas romanas de Tróia;
- Preservar e valorizar as embarcações tradicionais do Tejo e do Sado, enquanto património cultural e elemento vivo identitário das populações ribeirinhas;

- Integrar o Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS) na rede pública de museus, garantindo o financiamento público estatal do mesmo;
- Criar o Museu Nacional da Indústria Naval em Almada;
- Reforçar o apoio à Rota Vicentina, bem como à sua promoção nacional e internacional;
- Potenciar a articulação do estudo e da divulgação do património cultural e ambiental do distrito;
- Garantir a contratação com vínculo estável dos trabalhadores em falta para os vários organismos públicos da cultura do e no distrito;
- Valorizar o património arqueológico e paleontológico;
- Recuperar a Torre Velha em Almada, e os Castelos e Fortes da Península de Setúbal e do Litoral Alentejano assegurando a sua gestão pública e a plena responsabilização do Governo.

f) Desporto

- Elaborar uma Carta Desportiva do Distrito de Setúbal, em articulação com os vários Municípios, defendendo linhas de financiamento;
- Potenciar o desporto para todos, exigindo ao Governo a estruturação do Programa Nacional de Turismo Desportivo, desenvolvendo o Plano Estratégico de Turismo Desportivo do Distrito de Setúbal, considerando que este possui enormes potencialidades de utilização do desporto também na vertente turística, quer em certos locais do seu interior, quer especialmente junto à frente atlântica e nas zonas ribeirinhas;
- Defender a valorização da disciplina de educação física nas escolas, bem como a promoção e o alargamento do programa Desporto Escolar;
- Apoiar a iniciativa intermunicipal “Jogos do Futuro”.

g) Associativismo

- Apoio efectivo do Poder Central aos investimentos e projectos das colectividades de cultura, desporto e recreio do Distrito de Setúbal, através de uma lei-quadro que clarifique esses apoios, com destaque para a requalificação e renovação de instalações, infra-estruturas e equipamentos;

- Reforçar o actual Estatuto do Dirigente Associativo e apoio à sua formação, compatibilizando o exercício das suas funções com a actividade profissional;
- Redução da tributação referente as actividades e funcionamento das associações;
- Rever o estatuto de utilidade pública, de acordo com as novas realidades associativas;
- Programa de apoio financeiro à requalificação e regularização dos edifícios e instalações do movimento associativo;
- Criação de medidas de protecção ao arrendamento das instalações do Movimento Associativo;
- Apoiar e estimular o trabalho do movimento associativo juvenil e estudantil nas suas mais diversas expressões, quer sejam associações legalmente constituídas, quer se assumam como grupos não formais de jovens;
- Valorizar as bandas filarmónicas e defender o seu futuro face a exigências abusivas de pagamentos exorbitantes para a prática e ensino da Música.

h) Comunicações, Serviços Postais e Serviços bancários

- Reverter a privatização dos CTT para a gestão pública, reforçando a contratação de pessoal e o investimento para assegurar a fiabilidade e qualidade do serviço e promovendo a reabertura de toda as estações de correios e outros serviços que foram encerrados no contexto da privatização;
- Apoiar o desenvolvimento de redes regionais de serviços on-line, com funcionalidades ao nível da cidadania, promovendo a participação das populações, da educação, da cultura e da economia, assentes na plataforma tecnológica comum e integrada e na rede em fibra óptica e wireless ligando os serviços municipais, que tem sido desenvolvida no distrito no âmbito do projecto Setúbal Península Digital, promovido pela Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS);
- Reconstituir o operador público nacional de telecomunicações e definição alargada de um serviço público de Internet, apontando para a universalidade do acesso de banda larga – com efectiva capacidade e qualidade de serviço – a todo o distrito, que inclua o alargamento aos diversos serviços nela integrados, e a implementação da rede 5G na região, com destaque

para os centros de investigação e ensino superior, unidades do SNS, instalações logísticas e industriais da Região;

- Apoiar o alargamento e desenvolvimento da Rede Regional de Centros Públicos de acesso gratuito à Internet; consolidação do acesso efectivo à Internet de banda larga para todas as escolas de todos os ciclos e graus de ensino; promoção do acesso nas áreas sociais, da saúde, transportes públicos; salvaguarda da inclusão de todas as camadas da população, incluindo das zonas rurais e interiores do distrito;
- Desenvolver e melhorar a rede de Televisão Digital Terrestre, com a exigência de qualidade e fiabilidade do sinal em todo o distrito;
- Reforçar a presença de serviços bancários no território, nomeadamente através da reabertura das agências da Caixa Geral de Depósitos encerradas.

7

Justiça, Forças e Serviços de Segurança

a) Justiça

- Promover medidas que aproximem os serviços judiciais dos cidadãos, assegurando em cada concelho um tribunal de competência genérica;
- Contrariar o esvaziamento de competências de tribunais e o seu encerramento e pelo contrário exigir mais valências para os tribunais da região;
- Assegurar a celeridade na Construção do Campus da Justiça em Sesimbra, e efectuar obras de manutenção e requalificação nas instalações dos tribunais designadamente no Tribunal de Alcácer do Sal;
- Promover a contratação dos trabalhadores em falta nos tribunais e valorizar os funcionários judiciais no seu estatuto remunerações condições de trabalho carreiras as suas carreiras;

- Criar Julgados de Paz em mais concelhos do distrito, à semelhança do que já acontece no Seixal e em Setúbal/Palmela, contribuindo para uma Justiça mais próxima, mais célere e menos onerosa para os cidadãos.

b) Segurança das populações, protecção civil e bombeiros

A garantia da segurança das populações exige:

- A abertura e reabertura de esquadras e postos de proximidade, bem como a modernização das actuais instalações acompanhadas do reforço de meios humanos e técnicos de modo a estarem aptas a responder às necessidades das populações e com condições de alojamento e conforto para os profissionais;
- O reforço do número de trabalhadores, para a Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA) e dotar as instalações às suas necessidades e missões;
- A modernização dos estabelecimentos prisionais da região, reforçando-os com os meios humanos;
- A consolidação e aprofundamento do serviço Distrital e dos Serviços Municipais de Protecção Civil, reforçando e modernizando os meios operacionais respectivos e as redes de comunicações;
- Aprovar um novo Regime Jurídico das Missões confiadas aos Corpos de Bombeiros, no qual se consagre:
- Regime de financiamento das entidades detentoras dos Corpos de Bombeiros, tendo por base uma caracterização de risco das respectivas áreas de actuação e a afectação dos meios (humanos e de equipamentos) necessários ao cabal cumprimento da sua missão;
- Criar um programa transparente de renovação de equipamentos, regulado por uma Lei de Programação de Instalações e Equipamentos (como nas forças de segurança);
- Garantir o reembolso da totalidade do combustível utilizado nas acções de Socorro. Garantir o acesso ao gásóleo verde;
- Inserir no Orçamento do Estado verba a transferir para as Câmaras Municipais que assegure a sustentabilidade do dispositivo de protecção

civil municipal, incluindo a efectiva estruturação dos Serviços Municipais de Protecção Civil de acordo com a carta de risco de cada município;

- Elaboração e/ou actualização dos Planos Distrital e Municipais de Emergência, dos Planos Operacionais de Emergência, de Evacuação de Equipamentos de Utilização Colectiva, de Planos de Protecção e Socorro a eventos de grande concentração de cidadãos, dos Planos Municipais e Operacionais de Defesa da Floresta Contra Incêndios, dos Planos de Emergência Externos, designadamente de estabelecimentos fabris, e a realização de exercícios que testem a sua operacionalidade;
- Criação de posto avançado dos bombeiros para servir as zonas do Carvalhal e Tróia e reforço de meios de combate a incêndios;
- Valorização do Estatuto e carreira dos efetivos dos corpos de bombeiros.

8

Por uma política de juventude integrada e transversal

- **Uma política integrada e transversal exige:**
- A defesa da Escola Pública, Gratuita e de Qualidade, com a garantia do acesso a todos aos mais elevados graus de ensino, o direito de participação estudantil, assegurando uma vida democrática e o direito a um Ensino Superior que elimine desequilíbrios e injustiças com o fim dos exames nacionais de acesso e a redução progressiva do sistema de numerus clausus, ou da excessiva carga horária no Ensino Profissional, o reforço da Acção Social Escolar, o fim das propinas, a garantia do direito ao alojamento, em cama pública no Ensino Superior;
- O combate decidido à precariedade laboral e o aumento dos salários, logo à entrada no mundo do trabalho;
- A assumida garantia do direito à habitação, com a intervenção do Estado;

- O combate às assimetrias regionais garantindo o direito de cada um a viver bem na sua terra;
- O apoio à criação e fruição culturais, com uma rede de espaços públicos para jovens criadores e o acesso gratuito a equipamentos e actividades culturais a todos os jovens entre os 12 e os 25 anos; a garantia do direito ao desporto escolar, mas também para lá da escola, não condicionado às lógicas mercantis;
- O combate às dependências e o estímulo a uma vida saudável; o apoio à prática desportiva, com o apoio ao movimento associativo e garantindo o acesso ao desporto escolar; serviços de saúde dedicados aos problemas específicos, e em particular à saúde mental; a distribuição gratuita nas escolas de produtos de higiene feminina;
- A garantia do direito pleno de cada jovem assumir a sua identidade e orientação sexual, combatendo todas as discriminações;
- A defesa de um meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, combatendo o desperdício, característico do capitalismo, e aqueles que destroem a natureza visando exclusivamente o lucro;
- O apoio a todas as expressões do Movimento Juvenil, incluindo os movimentos informais, desburocratizando os processos de acesso; estímulo à participação juvenil reforço de profissionais nas escolas (psicólogos, técnicos de educação sexual e de orientação vocacional), nos Centros de Saúde e Hospitais, (área do planeamento familiar e do tratamento de dependências) e nas estruturas para o Movimento Juvenil.



A tua vida importa,
o teu voto conta

SALÁRIOS PENSÕES SAÚDE HABITAÇÃO PAZ